

“PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E INCLUSÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DO PILAR”: UMA REFLEXÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL DOS MORADORES.

Profª **Nancy Siqueira Nery**
Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA
E-mail: nerynancy@gmail.com
Profº Dr. **Cláudio Jorge Moura de Castilho**
Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: cjmc@ufpe.br

RESUMO

O texto analisa e discute o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRUISCP- 2007), que será implantado no Bairro do Recife, Recife - PE, numa perspectiva de inclusão social dos seus moradores. Para isso, considera-se, primeiramente, o legado do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, elaborado na década de 1990 o qual, a partir da divisão do território, em setores, propôs várias intervenções com o objetivo de fomentar a dinamização econômica do lugar associado-a a preservação do patrimônio construído. Em seguida, identificam-se, as propostas neste plano, que é tomado como referência de planejamento para o bairro, voltadas diretamente para a área do Pilar, onde estão assentados moradores de baixa renda (pobres) desde a década de 1970. Depois, identificam-se as propostas apresentadas pelo Programa de Requalificação Urbanística e inclusão social da Comunidade do Pilar (PRUISCP-2007). Este programa apresenta para requalificação da área, a determinação de permanência dos seus moradores. A partir da discussão dessa proposta avalia-se em que medida o objetivo da inclusão social dos moradores do Pilar, defendido no programa, poderá efetivamente acontecer.

Palavras-chave: Requalificação; inclusão; gentrificação, pobres.

“PROGRAMA DE RECUALIFICACIÓN URBANÍSTICA E INCLUSIÓN SOCIAL DE LA COMUNIDAD DEL PILAR”: UNA REFLEXIÓN SOBRE LAS POSIBILIDADES DE INCLUSIÓN SOCIAL DE SUS HABITANTES

RESUMEN

Este texto analiza y discute el Programa de Recualificación Urbanística e Inclusión Social de la Comunidad del Pilar (PRUISCP- 2007), que será implementado en el barrio de Recife, Recife-PE, bajo una perspectiva de inclusión social de sus habitantes. En este sentido, se llevó primeramente en consideración, la herencia del Plan de Revitalización del Barrio de Recife, elaborado en la década de 1990 el cual, a partir de la segmentación del territorio, en sectores, propuso varias intervenciones con el objetivo de fomentar la dinamización económica del lugar, asociándola a la preservación del patrimonio construido. En seguida, fueron identificadas, en ese Plan, tomado como referencia de planeamiento para el barrio, acciones dirigidas directamente al área del Pilar, donde están instalados habitantes de baja renta (pobres), desde la década de 1970. Posteriormente, fueron definidas las propuestas presentadas por el Programa de Recualificación Urbanística e Inclusión Social de la Comunidad del Pilar (PRUISCP-2007). Éste, presenta una propuesta de recualificación del área con la determinación de permanencia de sus habitantes. A partir de la discusión de esa propuesta fue avaliado en qué medida el objetivo de inclusión social de los habitantes del Pilar, defendidos en el Programa, podrá efectivamente ocurrir.

Palabras-clave: recualificación; inclusión; gentrificação; pobres.

INTRODUÇÃO

O artigo lança uma reflexão teórica acerca das possibilidades concretas de inclusão sócio-espacial dos moradores pobres que ainda vivem no Bairro do Recife, localizados no Pólo Pilar¹, um lugar construído desde os anos 1970.

A análise é feita a partir da apresentação das diretrizes gerais dos planos de revitalização idealizados para o referido bairro e seus objetivos específicos para o Pilar. Em seguida, apresentam-se, baseadas em relatórios fornecidos pelos órgãos institucionais competentes, as caracterizações das condições econômicas, sociais e habitacionais dos seus moradores, com o intuito de saber como estes estão sendo vistos pelos agentes dos planos de revitalização elaborados para a cidade.

Com fundamento em conceitos relativos à natureza de processos de revitalização de áreas urbanas centrais – dentre os quais se destacam os de gentrificação e inclusão social – lança-se questionamentos quanto às condições concretas dos referidos moradores inserirem-se de fato no processo de revitalização do Bairro do Recife, numa perspectiva de transformação das condições de precariedade de vida e trabalho em que se encontram.

O processo de revitalização de áreas centrais, notadamente aquelas de valor histórico e cultural, tem sido objeto de vários debates e investigações no que diz respeito ao seu papel na construção da diversidade social das cidades. Alguns desses processos consideram, inclusive, a necessidade de proporcionar a inclusão de camadas sociais mais pobres existentes no lugar.

O artigo retoma e aprofunda esse debate numa perspectiva que considera a necessidade de se fazer valer o “direito à cidade” também pelas camadas sócio-espacialmente mais vulneráveis.

¹ Denominação da área do Pilar, segundo o Plano de Revitalização do Bairro do Recife

A partir do Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRUISCP) proposto pela prefeitura do Recife e apresentado aos moradores em 2007, identifica-se um conjunto de condicionantes próprio de uma sociedade de classes, com profundas desigualdades sócio-espaciais. Isso acontece em razão do fato de que o direito à cidade é reservado para alguns poucos, a depender da capacidade de enfrentamento dos conflitos inerentes ao território, da vontade política na definição de prioridades e do encaminhamento no processo de implantação do Programa.

Notadamente esses mecanismos, não poderão prescindir da participação dos seus principais atores, isto é, dos moradores do lugar, já que os espaços urbanizados de grande valor histórico e cultural e, conseqüentemente, de grande valor imobiliário pertencem a todos e não apenas a grupos sociais específicos. A participação dos moradores em todas as etapas do processo de requalificação apresenta-se, portanto, como um instrumento na construção do sentimento de pertencimento, levando-os à consciência do seu direito ao lugar e, conseqüentemente, à cidade.

Historicamente, a área central do Recife, considerada área de preservação, já vivenciou inúmeras intervenções, em nome da modernização e da qualificação urbana, que resultaram em processos de caráter seletivo e excludente. Este artigo recoloca a natureza dessas intervenções bem como vislumbra as condições concretas do PRUISCP, no sentido de tornar-se algo diferente do que já foi apresentado para a área.

O PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO PÓLO PILAR.

A questão da requalificação urbanística da área do Pilar, recolocada hoje num programa específico, o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRUISCP) não pode ser discutida sem considerar o que já foi colocado, antes, no Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR). Documento concluído em 1993, (FURTADO, 2001:12).

As atividades que deram partida e consolidaram a revitalização do Bairro do Recife foram aquelas de animação cultural e lazer. Elas constituem a base para a satisfação de um dos objetivos do PRBR, que era criar um novo pólo de atração

para a cidade e um ponto importante para o turismo, contudo elas não são suficientes para garantir a continuidade e a manutenção do processo de revitalização. O PRBR previu esta ocorrência e apontou a estratégia a ser seguida. Faz-se necessário expandir a recuperação de outras áreas degradadas no Bairro do Recife, introduzindo um conjunto de novas atividades que impulse a vida urbana e garanta a qualidade ambiental. A área prioritária de intervenção é, sem dúvida, o Pólo Pilar. (ZANCHETI(Org.), MARINHO(Org.) & LACERDA(Org.),1998:5).

O Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR) dividiu a área do bairro em três setores os quais, por sua vez, foram considerados como Pólos (**Figura 01**): 1- Setor de intervenção controlada (Pólos Alfândega /Madre de Deus, Bom Jesus e Arrecifes) definido por aquelas áreas que abrigam um conjunto edificado de valor cultural reconhecido e onde deveriam ser promovidas as recuperações em termos de infraestrutura, reciclagem dos imóveis e dinamização das atividades; 2- Setor de Consolidação (Pólo Capibaribe) ocupado por instituições públicas que deveriam implementar ações de parceria visando à dinamização das áreas de convívio; e 3- Setor de Renovação Urbana (Pólo Pilar) “[...] *aquele que oferece disponibilidade de transformação do seu ambiente urbano, através da criação de uma nova situação tanto no que se refere a usos quanto ao padrão de ocupação e construção*” (ZANCHETI(Org.), MARINHO(Org.) & LACERDA(Org.),1998:30).

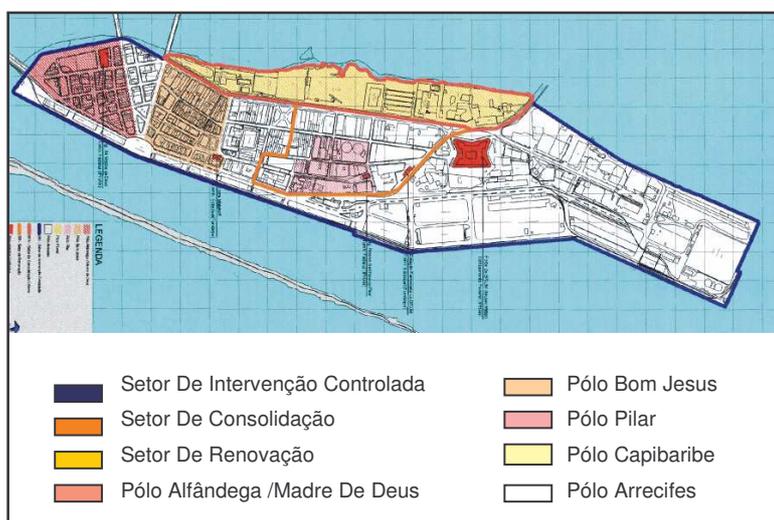


Figura 1: Mapa do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, 1992.
Fonte: Prefeitura do Recife

Com base na caracterização de cada um dos referidos Setores foram definidas diretrizes de intervenção, tendo sido propostos, para seus Pólos, os respectivos

projetos de intervenção. Com relação à caracterização do Setor de Renovação – Pólo Pilar – considerava-se que:

[...] a área está praticamente destruída e ocupada por uma favela, deverá ser reconstruída segundo um plano de ocupação que será elaborado pela prefeitura, imediatamente após a aprovação da lei de uso e ocupação do solo específica para o bairro, este mesmo plano deverá fornecer solução para a relocação das construções da favela. (ZANCHETI (Org.), MARINHO (Org.) & LACERDA (Org.), 1998:42).

Nesse sentido, o projeto de intervenção para o Pólo Pilar propunha a construção de um “Centro Múltiplo” com o objetivo, de contribuir com a eficiência econômica do Bairro do Recife a partir da recuperação física da área. Para a implantação do referido centro, foram sugeridas, em linhas gerais, as intenções contidas na citação abaixo:

A proposta de utilização de cinco quadras do Pilar, para um centro de atividades do Porto, exige uma reconstrução deste espaço. Pretende-se que as quadras sejam reconstruídas por etapas. As atividades de comércio, serviço e habitação a serem instaladas nesta área fornecerão serviços de apoio ao Porto e outros negócios. O projeto de reforma e reconstrução vem na direção de recuperar uma área física e socialmente degradada, visando aumentar a eficiência econômica do espaço físico do bairro. Esta reconstrução será definida através de um plano de ocupação (plano de massas) a ser elaborado pela prefeitura do Recife. O sucesso desse projeto estará na dependência da relocação da Favela do Rato². ((ZANCHETI (Org.), MARINHO (Org.) & LACERDA (Org.), 1998:47).

Apesar de fazer parte da proposta do PRBR à construção de habitação para o Pólo Pilar, o plano não chegou a ser desenvolvido a ponto de se criar as condições necessárias a essa construção e a permanência da população em condições melhores de vida.

Passados mais de 20 anos da elaboração do PRBR, se observa que alguns dos setores referidos com os seus respectivos pólos tornaram-se objeto de intervenções cujos investimentos aplicados mudaram o estado de “decadência” em que se encontravam os objetos espaciais no momento da realização do diagnóstico sobre a área. Dois exemplos disso são representados pelo Pólo Bom Jesus e pelo Pólo Alfândega.

² Favela do Rato era a denominação que se dava ao lugar, conhecido hoje como Comunidade do Pilar. Denominação que se baseava, em termos, na alta concentração daquele tipo de roedor na área, atraídos pela presença do trigo utilizado no Moinho Recife, empresa que há décadas acha-se ali localizada. Alguns moradores afirmam que a alcunha de Favela do Rato, também, estava ligada ao fato segundo o qual, por viverem em precárias condições de vida, os moradores do lugar chegavam a “disputar” não só o espaço como também os restos de alimentos com os ratos. Assim sendo, em função dessa conotação negativa dos termos, os moradores do Pilar solicitaram a mudança do nome do seu lugar à Prefeitura do Recife a qual passou, desde então, a considerar aquele lugar como Comunidade Nossa Senhora do Pilar referindo-se à presença da igreja de mesmo nome às suas proximidades, através do Decreto 18.570/2000.

O primeiro, no Setor de Intervenção Controlada, teve sua revitalização promovida pela Prefeitura do Recife em parceria com iniciativas privadas, com o que se vivenciou, na década de 1990, um período aparentemente dinâmico do ponto de vista econômico. Esta intervenção proporcionou restauração dos imóveis da área, bem como mudança dos seus usos com o incremento das atividades de bares e restaurantes. O segundo situado no mesmo Setor, ainda se encontra em processo de revitalização. Neste caso, o prédio da antiga Alfândega foi transformado num moderno centro comercial no interior do seu “casco” histórico; a Igreja da Madre de Deus foi restaurada; e as obras de revitalização dos espaços públicos, assim como na Igreja, feitas em parceria da Prefeitura do Recife com o Ministério da Cultura/Programa Monumenta/BID, ainda não foram concluídas.

Entretanto, a área do Pilar ainda não recebeu nenhum investimento concreto. Com efeito, o Pólo Pilar foi o único que não recebeu qualquer tipo de intervenção. Pode-se observar, ainda, que seu estado de “degradação” agravou-se, diferentemente do que ocorreu, como lembramos acima, com áreas dos outros pólos: Bom Jesus e Alfândega, por exemplo. Até mesmo a Igreja Nossa Senhora do Pilar, tombada pelo patrimônio histórico e artístico em âmbito federal, permanece abandonada, em estado muito precário de manutenção. (Figura 02 e 03).



Figura 02: Igreja do Pilar
Fonte: foto dos autores abril/2008



Figura 03: detalhe da Igreja do Pilar
Fonte: foto dos autores abril/2008

A situação de precariedade da área do Pilar, associada a um modelo de organização sócio-espacial cada vez mais seletivo e concentrador de renda, favoreceu ainda mais a concentração de pessoas sem acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade contemporânea; o que, por seu turno, agrava as condições sócio-espaciais de vida do lugar. Desse modo, convém reiterar, o aumento das condições de pobreza dos moradores do Pilar, o que não se deve, diretamente, ao acréscimo de mais de 500% do número de famílias morando na área; elas continuam vivendo em barracos numa situação de existência bastante precária, sujeitos a todo tipo de violência. Em 1987 eram 89 famílias, 1998 eram 370 e, em 2007 já se tinha 453 famílias na área conforme a Prefeitura do Recife (2008). (Figuras 04 e 05)



Figura 04: Tipo de habitações do Pilar
Fonte: fotos dos autores – abril/2008



Figura 05: Tipos de habitações do Pilar
Fonte: fotos dos autores – abril/2008

Ao longo da primeira década do século atual, foram elaborados e lançados outros programas relativos à recuperação urbanística da área do Pilar; o que se deve também, na nossa concepção, notadamente, ao fato da existência e permanência, durante décadas, de um tipo de ocupação tão distante dos padrões ideais não somente da propalada pós-modernidade, como também da modernidade a qual, aliás, não atingiu aqueles moradores. Da mesma maneira, sabe-se que a proximidade entre as operações urbanas de destaque e as favelas (os pobres) é uma junção repleta de interesses complexos e variados.

Nessa perspectiva, em 2002, a Prefeitura do Recife, propôs executar a revitalização da área do Pólo Pilar, e desta vez, garantindo a permanência dos seus moradores e propondo a construção de um centro comercial para atendimento a necessidade do lugar³. Este plano foi chamado de Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar – (PRUISCP).

Em 2003 foi lançado outro plano, o do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda que leva em conta, nas suas diretrizes gerais, a inclusão social e incorpora a proposta e requalificação urbanística do Pilar divulgada pela Prefeitura em 2002. Este plano propõe:

Diretrizes e indicativos que favorecem uma ação integrada entre as administrações municipais, e a estadual no sentido de estimular a dinamização econômica da região, a partir da expectativa de afirmação de seu acervo e valores culturais, respeitando padrões de conservação do seu patrimônio histórico e ambiental. (MARINHO et al. 2003:1)

Em dezembro de 2007, o PRUISCP foi atualizado e apresentado aos moradores da área numa perspectiva de intensa euforia, com início das obras previsto para junho de 2008 e término por cerca de três anos após o seu começo. Com o apoio da mídia, sob esse clima de euforia, divulgaram-se as ações do Programa mediante a seguinte manchete: *Obras do PAC vão mudar a cara da favela do Pilar.*⁴

Concretamente, a proposta apresentada aos moradores contém as seguintes ações: construção de 470 unidades habitacionais para as famílias que hoje moram em barracos, uma escola com atividades em tempo integral, nos três turnos e nos finais de semana, uma creche, um posto de saúde da família e um centro comercial que deverá abrigar açougue, padaria mercearia, pequenos serviços, loja de confecção e venda de artesanatos, além de abrigar a estação de rádio comunitária já existente na área. Toda a infra-estrutura urbana será contemplada no programa, com pavimentação, drenagem, água, luz e saneamento. Uma obra orçada em R\$ 30.000.000,00 dos quais 70% serão oriundos do Programa Federal de Aceleração do Crescimento (PAC) e 30% da

³ Lugar, aqui é compreendido e considerado como uma totalidade sócio- espacial a qual, de acordo com Milton Santos (1987), constitui um ponto de encontro, aproximação e coexistência de horizontalidades e verticalidades em permanente processo de construção.

⁴ Título da matéria do Jornal do Commercio sobre o Programa – .Caderno Cidades. 21.11. pág. 5

Prefeitura do Recife (2008). A Igreja Nossa Senhora de Pilar será restaurada e à sua frente será construída uma praça que se abrirá para a Avenida Alfredo Lisboa, integrando, fisicamente, a área ao Bairro do Recife.

O Programa ainda prevê a elaboração de um plano de desenvolvimento social, proporcionando também aos moradores do Pilar, em linhas gerais, a capacitação das pessoas para a sua inserção na dinâmica econômica e social do bairro. Isso através do desenvolvimento de suas competências e das suas habilidades identificadas no decorrer da implantação do trabalho social. As atividades de comércio e serviços já existentes no lugar também serão incluídas na proposta, segundo a própria Prefeitura do Recife (2008), como alternativas concretas de trabalho e renda.

É verdade que a idéia de requalificação de áreas urbanas numa perspectiva de criação de “espaços de oportunidades” não é algo novo nas discussões em torno do planejamento urbano. A citação abaixo lembra que:

Desde alguns anos, as áreas centrais começam a ser vistas pelo governo federal e pelos governos municipais como locais de oportunidades para geração de atividades e receitas, assim como produção habitacional. O discurso atual da reabilitação mistura motivações e propostas diversas, que incluem a requalificação (incluindo a recuperação do patrimônio, a atração de novos tipos de atividades e moradores, melhoria ambiental, algumas vezes a ‘limpeza social’), o repovoamento (inclusive como contraponto à expansão urbana) e, mais recentemente, os projetos integrados que aproveitam grandes terrenos públicos junto às orlas marítimas ou fluviais. (BIDOU-ZACHARIASSEN, 2006: 13).

Com mais de 20 anos após a elaboração do primeiro plano de revitalização para a área em apreço, se está defendendo a perspectiva acima colocada, provavelmente pela “resistência” dos moradores que insistem em permanecer no Pilar; o que é plausível visto que se trata de um lugar que foi construído por eles ao longo da história de vida de cada morador, de cada família. Por se tratar, também de um lugar no qual e mediante o qual os moradores criaram vínculos de trabalho e de vida com as áreas do entorno. E também por outro lado, pela necessidade, de se fazer uma intervenção para atender a totalidade de forma igualitária rompendo-se com os “nichos” de pobreza absoluta em meio a um contexto de propostas de reestruturação urbana e de recuperação da dinâmica econômica. Os moradores do Pilar não devem sair, mas devem lutar por

melhores condições de vida e de trabalho lá onde estão, procurando participar, ao mesmo tempo, da elaboração e da execução de todo plano, programa e projeto que lhes concernirem. Desse modo, espera-se que as propostas de articulação entre os investimentos urbanísticos e a concretização efetiva da inclusão social, como apresenta o PRUISCP, passem efetivamente a acontecer. Somente assim é que podemos vislumbrar uma perspectiva de desenvolvimento sócio-espacial nos termos colocados por Souza (2002).

O LUGAR PILAR

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife (RECIFE, 2005), os moradores do Pilar apresentam um dos menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município, mas se acham localizados numa área, classificada, pela a FIDEM⁵, como “Território de oportunidades”. Isto porque o lugar está encravado na área central histórica do Recife, objeto de tantas investigações, bem como de execução de planos e projetos; justamente porque sua área central possui significativo valor imobiliário, histórico e cultural. (Figura 06)



Figura 06-Foto por satélite, 2005: Bairro do Recife
Fonte: Prefeitura do Recife

⁵ De acordo com o Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife, feito sob a coordenação da FIDEM em 1998.

A ocupação do Pilar teve seu início na década de 1970 quando o Porto do Recife, ainda pertencendo à PORTOBRÁS, desapropriou e demoliu seis quadras situadas entre a fábrica do Pilar e o Moinho Recife. As demolições foram feitas para a execução de obras contidas em um projeto de expansão do Porto, o qual terminou não acontecendo. O espaço deixado pelas quadras demolidas foi sendo ocupado gradativamente por famílias de baixa renda, que trabalhavam e ainda trabalham em outros pontos da área central do Recife, predominantemente com as atividades portuárias e industriais do bairro e com as dos setores de comércio e serviços informais de outros bairros da área central. Com efeito, 72,4%⁶ dos moradores do Pilar trabalham nos bairros de Recife, Santo Antônio e São José bem como em outros bairros da cidade; 54,23% têm idade entre 15 e 59 anos (IBGE, 2000). Os moradores do Pilar constituem hoje, predominantemente, o grosso da população residente no bairro do Recife, vivendo em condições precárias de habitabilidade. (**Figuras 07 e 08**)



Figura 07: habitantes do Pilar
Fonte: fotos dos autores – abril/2008



Figura 08: habitantes do Pilar
Fonte: fotos dos autores – abril/2008

No que concerne aos serviços públicos existentes no Pilar, observa-se a presença de uma escola pública municipal e um posto de saúde da família. Alguns barracos têm atividade comercial de lanchonetes e bares cujos freqüentadores são, basicamente, os trabalhadores do Porto e das fábricas vizinhas. Segundo a Prefeitura do Recife, em 2003, alguns desses comerciantes foram incluídos num programa de desenvolvimento

⁶ Dados encontrados no Programa de Requalificação urbanística e inserção social da comunidade do Pilar – Prefeitura do Recife 2002

da economia social e solidária, passando a ocupar, com as barracas devidamente padronizadas, áreas do Bairro nos dias dos grandes eventos. Esses mesmos comerciantes também participam das atividades festivas desenvolvidas nos pátios da prefeitura, dando-lhes prioridade quanto à locação de suas barracas. Essas medidas não são suficientes à concretização efetiva do desenvolvimento sócio-espacial, elas têm apenas suavizado a situação sócio-espacial perversa em que vivem.

De qualquer maneira, torna-se imprescindível que se aproveite da condição apresentada, isto é, a existência de um programa urbanístico que propõe garantir a permanência dos moradores, desenvolvendo mecanismos de participação que venham efetivamente contribuir com a sua inclusão social. Ao mesmo tempo devem-se considerar as condições de vulnerabilidades desses moradores, os quais precisam ser fortalecidos.

A condição de permanência dos moradores pobres do Pilar, no Bairro do Recife, ultrapassa a garantia da construção da moradia e da infra-estrutura urbana. A curto ou médio prazo eles correm o risco de serem substituídos por outros moradores pertencentes à outra classe social, fenômeno denominado de gentrificação cujo conceito foi utilizado em 1963 conforme descrição a seguir:

O termo gentrificação foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass no início dos anos sessenta (Glass,1963) para descrever o processo mediante o qual famílias de classe média haviam povoado antigos bairros desvalorizados do centro de Londres, ao invés de se instalarem nos subúrbios residenciais, segundo o modelo até então dominante para essas classes sociais. Por essa noção a autora compreendia, ao mesmo tempo, a transformação da composição social dos residentes de certos bairros centrais, por meio da substituição de camadas populares por camadas médias assalariadas; e um processo de natureza diferente: o de investimento, reabilitação e apropriação, por essas camadas sociais, de um estoque de moradias e de bairros operários ou populares. (BIDOU-ZACHARIASSEN, 2006: p.22).

Não existem fórmulas ou modelos a serem seguidos, mas, é sabido que se essa população tiver a consciência de que tem direito à cidade, e que deve aproveitar as oportunidades que a condição de estar no Bairro do Recife lhe oferece, poderá conseguir a sua inclusão social, evitando a gentrificação.

A participação dos moradores do lugar deve acontecer em todas as fases da elaboração do Programa até a sua execução, enquanto mecanismo de fortalecimento desses moradores. A legitimidade do Programa é condição primordial à sua apropriação e está associada à discussão, com eles, das suas reais necessidades e aspirações.

El Banco Mundial (World Bank:1999) apunta como requerimientos esenciales para el éxito de proyectos en la conservación del patrimonio cultural y/o histórico la inclusión de la participación de la comunidad y la población local. Indica que el modo más eficaz de preservar el patrimonio construido es asegurar la participación de los ciudadanos en el proceso de planificación y decisión de las intervenciones. Esta propuesta ha sido ampliamente asumida en la literatura sobre planificación urbana, no entanto, la práctica ha demostrado serias dificultades a la hora de concretizarse una participación popular representativa. (SCHIFFER,2002:307)

Identifica-se atualmente, certa apatia dos moradores, porém, está relacionada à falta de participação diante de um quadro de desconfiança, com relação ao que se coloca para eles. Por exemplo, não há registro de manifestação dos moradores quanto à proposta do PRBR, como também não se têm registros da participação dos moradores, comerciantes e usuários do Pilar no processo de revitalização do Bairro do Recife.

A forma espacial da área é representada, figurativamente, como uma fortaleza, que os exclui fisicamente da cidade. Por outro lado, essa disposição espacial favorece a prática de atividades ilícitas que contribuem para a sobrevivência de algumas famílias da área, o que, por seu lado, proporciona certa ausência de participação e representatividade da comunidade junto às instâncias governamentais onde se elaboram e discutem os projetos e programas para a área.

Eles permaneceram na área em condições precárias de existência, vivendo economicamente da informalidade, do comércio de rua, da prostituição e do tráfico de drogas, favorecidos pela sua localização estratégica. Isso por se acharem próximo ao Porto, a áreas de visitação turística do bairro e ao centro comercial da cidade. Os seus barracos não diferem de nenhuma outra favela do Brasil, mas o fato de estarem fixados

numa área de preservação histórica (ZEP 9)⁷ proporcionam à área um forte diferencial do ponto de vista de valor imobiliário.

Talvez por esses motivos, os moradores não possuem associação comunitária e não participam, segundo a Prefeitura, das plenárias do orçamento participativo e conseqüentemente não possuem delegados⁸. É assim, um grupo social fragmentado e desmobilizado, o que os torna ainda mais frágeis para enfrentar qualquer processo de inclusão social, deixando o caminho livre para a consolidação de experiências urbanísticas que podem contribuir para a gentrificação dos espaços atingidos por programas de requalificação.

Esses moradores deverão se sentir à vontade e confiantes para participar de todo processo de planos, programas e projetos urbanísticos elaborados e executados em seus lugares de vida. Para isso, eles devem estar bem informados e preparados, o que lhes darão condições de participação no processo, podendo vir a lhes garantir à permanência no lugar, e conseqüentemente a concretização da sua inclusão social.

PERSPECTIVAS CONCRETAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Diante do exposto apresenta-se o seguinte: quais são as perspectivas concretas de inclusão social dos moradores do Pilar. Já vimos que um dos mecanismos que poderá contribuir para isso é a participação social em todo o processo de implantação do Programa. A partir dessa participação representativa e propositiva é necessário construir e consolidar o sentimento de “pertencimento”, dos moradores.

A sensação de “pertencimento” significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse tal lugar nos pertence, e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar. (AMARAL, 2008)⁹

Mas o mero sentimento de pertencimento não é suficiente, pois, ainda se precisa construir a consciência de direito ao lugar. Associado a esse processo, é preciso

⁷ ZEP 9 – Zona Especial de Preservação Histórica – de acordo com a Lei de uso e ocupação do Solo do Recife de 1996.

⁸ Representante eleito pelos moradores do lugar para discutir as prioridades do orçamento municipal.

⁹ Disponível em <http://www.esmpu.gov.br/dicionario>. Acesso em 30/03/2008

também considerar a concretização de mecanismos de inclusão social e econômica. Não se pode perder de vista que os moradores do Pilar se encontram em condições que necessitam, primordialmente, satisfazer as suas necessidades primárias, tais como: comer, vestir, tomar banho etc. Vale reiterar que:

Vários pesquisadores, na Europa, Estados Unidos e América Latina, estão preocupados com os efeitos que as intervenções de requalificação podem causar nas áreas centrais, pois existem muitos casos em que famílias moradoras mais pobres foram substituídas por outras de classe média superior, fenômeno que tem sido chamado de gentrificação.

(BIDOU-ZACHARIASEN, 2006: p.7)

Construir o sentimento de pertencimento dos moradores ao lugar e promover a sua inclusão social, constitui-se, portanto, no grande desafio da gestão pública municipal, considerando o seu papel de protagonista do processo de implantação do Programa.

Todavia, independentemente de considerar o lugar como Pólo, como previa o Plano de Revitalização do Bairro do Recife, o PRUISCP terá que se inserir no contexto econômico e social dos moradores do bairro, assumindo papéis importantes no processo de revitalização. Esse por sua vez, sendo compreendido numa perspectiva de desenvolvimento sócio espacial.

Esse desenvolvimento deve ao mesmo tempo questionar a lógica atual dos processos de revitalização em áreas urbanas centrais, cujo objetivo, aparentemente nobre, vem carregado de preconceitos e suas ações apresentam-se seletivas e excludentes. Os vários interesses devem estar postos à mesa de negociação, devendo ser compatibilizados e sustentados numa decisão política de inclusão e não gentrificação. Como compatibilizar esses interesses sem fazer da implantação do Programa um enclave físico e social na área é também um enorme desafio.

Segundo Neil Smith, a “regeneração urbana” hoje representa uma estratégia central na competição global entre as diferentes aglomerações urbanas. O novo papel representado pela globalização do capital é também decisivo na sua generalização, incluindo a presença das mesmas empresas internacionais nos grandes projetos urbanos. Os projetos imobiliários se tornam peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si, justificado pela criação de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais. (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006: 10)

Esse processo, cuja intensidade teve seu maior impulso a partir dos anos de 1970 no mundo, tornou-se mais evidente no Brasil a partir dos anos 1990. Isso tudo ligado a um acelerado processo de globalização econômica, facilitando a troca de experiências e a discussão de possibilidades concretas do desenvolvimento urbano no mundo atual. Nesse sentido vale reiterar que:

La internacionalización de la economía es un proceso histórico que se ha acelerado increíblemente desde mediados de los años 70, tanto en velocidad como en su alcance geográfico. Esto ha sido posible gracias a los avances tecnológicos extraordinarios particularmente en las áreas de informática, microelectrónica y telecomunicaciones basadas en redes digitales. No en tanto, la fase actual de éste proceso ha nuevo desafíos al desarrollo urbano sustentable de los países em desarrollo, los cuales presentan un contexto histórico en el cual la exclusión social no fue jamás enfrentada en termos de política pública. (SCHIFFER,2002:p.305)

Várias estratégias de revalorização de áreas urbanas centrais estão sendo montadas, em todo o mundo. Por isso é necessário termos consciência do que isso pode representar para as populações mais vulneráveis, como é o caso dos moradores do Pilar na medida em que o processo poderá se constituir em uma verdadeira armadilha, que se reforçada a condição de pobreza em que vive a maioria da nossa população, poderá consolidar-se ainda mais. É importante destacar o seguinte fato:

No Brasil, começamos a falar e a implementar a reabilitação de centros mais tarde do que em outros países. E isso nos dá a vantagem de poder aprender com as experiências anteriores. Embora a preocupação maior seja com os discursos, claramente, gentrificadores, no sentido que lhe dá Neil Smith, considero importante nos preocupar também com as armadilhas e os efeitos perversos de políticas baseadas em falsos pressupostos, ou dos objetivos sociais que se inviabilizam a partir do êxito do econômico, ou ainda a transposição de modelos fora de seu contexto e sem crítica. (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006:p:14)

Mas, valorizando o espaço urbano não somente como um lugar que deve receber elementos de modernização, ligados a uma “ordem distante” à maneira de um rolo compressor apagando a vida existente (verticalidades); como também um lugar que contém especificidades sócio-territoriais inerentes a uma “ordem próxima” (horizontalidades).

Essas especificidades referem-se simultaneamente, ao conjunto de objetos espaciais e de ações que, vinculados às necessidades reais dos moradores do lugar (espaço

humano) é, e deve ser utilizado no pensar, elaborar e implementar qualquer programa urbanístico. Desse modo, ultrapassa-se o nível do setorial das ações sociais, chegando ao nível da totalidade e, por sua vez, da produção do espaço em sua complexidade.

CONCLUSÃO

O presente texto teve como objetivo central a análise do Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRUISCP), numa área econômica, histórica, cultural e simbólica importante da cidade do Recife (Bairro do Recife), discutindo as possibilidades concretas de inclusão social de moradores pobres, mediante a implantação desse programa.

A gestão municipal atual vem defendendo, com mais força a implementação de ações concretas à inclusão social dos moradores do Pilar. Em que medida isso poderá acontecer efetivamente, considerando a imposição da lógica da reabilitação em áreas urbanas centrais, que substituem os moradores pobres num processo explícito de exclusão se constitui num grande desafio

Foram identificados dois entraves, significativos e inter-relacionados, a inclusão social dos moradores do Pilar: 1- a desorganização e a ausência de mobilização sócio-espacial 2- não se ter registro de um envolvimento mais efetivo no processo de discussão e elaboração do programa para o lugar. Provavelmente em decorrência do primeiro.

Esses entraves deverão ser superados para que se consiga construir a participação social efetiva dos moradores. A partir daí eles poderão, com conhecimento de causa e com a consciência de pertencimento ao lugar, mudar as condições de vida e trabalho em que se encontram e finalmente se incluírem socialmente. Considera-se, por fim, o exposto acima, como um primeiro passo num processo mais longo e permanente de desenvolvimento sócio – espacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília. VAINER, Carmem. MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único*. Editora Vozes. São Paulo, 2000.

BEATRIZ KARA, José. *Políticas culturais e negócios urbanos. A instrumentalização da cultura, na revitalização do centro de São Paulo 1995/2000*. São Paulo. Editora Annablume, 2007.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à Cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. Editora Annablume, São Paulo 2006.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. *A turistificação do espaço da cidade de Recife: uma estratégia para o desenvolvimento sócio-espacial local?* Espaço e geografia, Brasília, v. 3, nº.1, p.161-176, jan./jun. 2000a.

_____. *O discurso do turismo e a difusão da globalização em uma metrópole de região subdesenvolvida: da formação de representações socioespaciais à manutenção da ordem socioterritorial em Recife*. Revista de geografia, Recife, v.16, nº.1, p.68-112, jan./dez. 2000b.

CERVELLATI, Pier Luigi, SCANNAVINI, Roberto, Bolonha – *Política Y metodología de La Restauracion de Centros Históricos*. Itália 1972. (mimeo)

FURTADO, Fátima. *Processo de Revitalização do Bairro do Recife 1986-2001*. Prefeitura do Recife – URB, 2001.

GONÇALVES, Paula. REINALDO Amélia, *Plano de desenvolvimento do Porto Digital- Proposta para discussão* – Governo de Estado de Pernambuco, 2001.

MARICATO, Ermínia. *Dimensões da tragédia urbana*, 2002 disponível em: <<http://www.consciência.br>> acesso em 12 maio 2007.

PONTUAL, Virginia. *Uma cidade e dois prefeitos: Narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950*. Recife: Ed. UFPE, 2001.

RECIFE. Programa de Requalificação urbanística e inserção social da comunidade do Pilar, 2002

_____. *Território Recife*. Diretoria de Projetos Urbanos da URB Recife, 2002.

_____. *Atlas de desenvolvimento humano*. Recife, 2005.

_____. *Levantamento das áreas pobres do Recife*. Secretaria de Planejamento URB- 2002.

_____. Plano específico de revitalização da zona especial de preservação do patrimônio histórico cultural. Lei municipal 16.290/97.

Governo de Estado. Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife – FIDEM 1998.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Tempo e técnica. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SHIFFER, Suely Ramos. *La conservación urbana y La superación de la pobreza. Gestão do Patrimônio Cultural Integrado, CECI, Editora da Universidade de Pernambuco, 2002*

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TORRES, Haroldo da Gama et al. *Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo*. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br>. Acesso em 24/09/2007.

ZANCHETI Silvio, LACERDA Norma, A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do caso do Bairro do Recife. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza. v.30, n 1, p 8-24, jan-mar, 1999).

ZANCHETI, Silvio. MARINHO, Geraldo. LACERDA, Norma org. *Revitalização do Bairro do Recife. Plano, Regulação e Avaliação*. Ed. Universitária da UFPE, 1998.